

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE AGRONOMIA
CURSO DE AGRONOMIA
AGR99006 - DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Laura Foschiera dos Santos
00264283**

**“Sistemas de Garantia da Produção Orgânica: as práticas de participação e
organização social em núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia”**

PORTO ALEGRE, janeiro de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE AGRONOMIA
CURSO DE AGRONOMIA

**Sistemas de Garantia da Produção Orgânica: as práticas de participação e
organização social em núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia**

Laura Foschiera dos Santos

00264283

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção do Grau de Engenheiro
Agrônomo, Faculdade de Agronomia, Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Supervisor de campo do Estágio: Isabel Cristina Lourenço da Silva

Orientador Acadêmico do Estágio: Flávia Charão Marques

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Profa. Renata Pereira da Cruz.....Depto de Plantas de Lavoura
(Coordenadora)

Prof. Alexandre Kessler..... Depto de Zootecnia

Prof. Aldo Merotto Junior Depto de Plantas de Lavoura

Prof Clesio Gianello Depto Depto de Solos

Prof. José Antônio Martinelli Depto de Fitossanidade

Profa. Lúcia Brandão Franke.....Depto de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia

Prof. Pedro Alberto Selbach Depto de Solos

Prof. Sérgio Luiz Valente Tomasinini..... Depto de Horticultura e Silvicultu

PORTO ALEGRE, janeiro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a quem caminhou comigo até aqui, acompanhou mais essa etapa da minha jornada e que com certeza fez a diferença. Primeiramente, quero agradecer às minhas irmãs Júlia, Flávia, Fernanda e ao meu irmão Paulo, que passaram por tantas coisas comigo e são meu suporte e inspiração. Agradeço minhas sobrinhas Geórgia e Antônia e meu sobrinho Lucas, que tornam a vida mais colorida e alegre. Agradeço aos meus tios Atamis, Irineu e tia Cristina, que me proporcionaram inspiração e estímulo para dar sequência aos meus estudos, sem estar alheia a caminhada dos que vieram antes de mim.

Um agradecimento carregado de muito afeto a minha companheira e amiga Laura, que se mostrou mais uma vez uma grande parceira durante o processo de escrita. Agradeço à minha orientadora Flávia, que foi muito além da orientação, foi inspiração e parceira em cada detalhe desse processo, sensível às minhas angústias.

Agradeço a todos os meus amigos, em especial Litiane, André e Tanara, por me ouvirem e tornarem as coisas mais leves. Também à Guayí, por me receber tão bem e à equipe técnica, André, Isabel, Maiz e Gustavo, que foram colegas e amigos durante todo estágio, aprendi muito com cada um.

Não poderia faltar o agradecimento à universidade pública, de qualidade, socialmente referenciada e sua política de cotas, que cada vez mais pessoas possam acessá-la. Agradeço à Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil, que contribuiu para que, na minha formação, eu me colocasse como sujeito crítico e buscasse uma agronomia inclusiva e com papel social.

RESUMO

O estágio curricular obrigatório que resultou na realização deste trabalho de conclusão de curso foi exercido no Núcleo de Agricultura e Ecologias da Guayí, que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, localizada no município de Porto Alegre/ RS. Os objetivos previstos foram conhecer o funcionamento, a estrutura organizativa e os procedimentos exercidos pela Guayí no projeto em execução de Fortalecimento dos Sistemas Participativos de Garantia da Produção Orgânica da Rede Ecovida de Agroecologia, atendendo as regiões do Vale do Caí e Sudeste Gaúcho. Foram realizadas atividades de elaboração de documentos, visitas de campo e formações. Esta oportunidade possibilitou maior compreensão dos processos de geração de credibilidade na certificação participativa, dos SPG e seu potencial para na produção agroecológica e orgânica.

Palavras-chave: Agroecologia; certificação participativa; geração de credibilidade.

LISTA DE FIGURAS

1. Figura 01: Mecanismos de Avaliação da Conformidade.....	12
2. Figura 02: Organograma do OPAC Associação Ecovida de Certificação Participativa.....	16
3. Figura 03: Encontro de formação com o Núcleo Valeo do Caí.....	20
4. Figura 04 e 05: Visita de olhar externo nas famílias do grupo Ecocitrus.....	22
5. Figura 06 e 07: Visita de pares no grupo Orgânicos de Glorinha.....	23
6. Figura 08: Reunião de equipe técnica.....	25
7. Figura 09 e 10: Reunião de Grupo com o grupo Ecocitrus.....	26
8. Figura 11: Reunião de monitoramento com a comissão de ética do Núcleo Valeo do Caí.....	28

LISTA DE SIGLAS

ADMAU - Agência de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai

ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural

CAPA - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia

CETAP- Centro de Tecnologias Alternativas Populares

CNPOrg - Comissão Nacional de Produção Orgânica

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations

GEA - Grupo de Estudos Agrários

GT – Grupo de Trabalho

IFOAM - Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica

ISO - International Standardization Organization

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

NEA - Núcleo de Ecologia e Agriculturas

OCS - Organização de Controle Social

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

OPAC - Organismo Participativo de Avaliação e Conformidade

OSCIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PMO - Plano de Manejo Orgânico

PTA - Projeto de Tecnologias Alternativas

SPG - Sistemas Participativos de Garantia

SISORG - Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica

UPA - Unidade de Produção Agrícola

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO	9
3. ALGUMAS REFERÊNCIAS SOBRE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA NA PRODUÇÃO ORGÂNICA	10
3.1 Breves considerações sobre a legislação brasileira de orgânicos	11
3.2 A Rede Ecovida e a Certificação Participativa	13
4. ATIVIDADES REALIZADAS	17
4.1 Participação no Encontro de Formação das Famílias Agricultoras	17
4.2 Visitas de olhar externo	20
4.3 Visita de pares	23
4.4 Organização e acompanhamento de reuniões	24
4.4.1 Reunião de equipe técnica	24
4.4.2 Reunião de Grupo	25
4.4.3 Reunião de monitoramento	26
4.4.4 Reunião da CPORG	28
5. DISCUSSÃO	29
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
APÊNDICES E ANEXOS	37

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por base o estágio curricular obrigatório que foi realizado no Núcleo de Agricultura e Ecologias da Guayí - Democracia, Participação e Solidariedade, que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que tem sua sede no município de Porto Alegre. O período de realização do estágio se estendeu de 30 de junho até 13 de outubro de 2022, com 20 horas semanais, resultando nas 300 horas requisitadas no currículo.

Há 18 anos, a Guayí vem construindo ações na área da Segurança Alimentar, no apoio à produção de povos tradicionais e na promoção da economia solidária e feminista, apresentando e desenvolvendo projetos que viabilizam a produção de mulheres agricultoras e artesãs, assim como a comercialização e acesso aos produtos gerados. Na atualidade, vem estreitando laços com a Rede Ecovida de Agroecologia e proporcionando condições para o desenvolvimento de projetos de assessoria técnica e de mediação social com a finalidade de qualificar espaços de construção de sustentabilidade na agricultura e no consumo de alimentos.

É importante destacar que tais iniciativas, que geram interfaces entre a sociedade civil e os agentes de Estado, estão em sintonia com princípios e metas mais amplas, como os que fazem parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização da Nações Unidas (ONU); entre os quais está incluída a superação das desigualdades e da fome. Segundo documento da FAO (2021), é a partir das relações que constroem a sustentabilidade nos sistemas agroalimentares que será possível avançar nesses objetivos. Justamente por isso, o último Marco Estratégico lançado pela FAO/ONU para o período de 2022 a 2031 reitera que a superação da fome deve ser buscada pelo avanço das pautas socioambientais e do desenvolvimento de sistemas agroalimentares que aumentem sua eficiência, especialmente, de modo a serem mais inclusivos e sustentáveis (FAO, 2021). Parte das questões que envolvem a ampliação das possibilidades e o desenvolvimento do potencial da produção de alimentos agroecológicos e orgânicos envolvem a geração de processos de confiabilidade e de credibilidade dos consumidores. Neste sentido, o Brasil tem sido pioneiro em processos de construção de um marco legal para acreditação da produção orgânica, com a participação da sociedade.

Tendo como foco a organização cotidiana dos processos de certificação participativa da produção orgânica, foram desenvolvidas as atividades de acompanhamento técnico e de

assessoria realizadas no âmbito do Projeto Fortalecimento dos Sistemas Participativos de Garantia da Produção Orgânica da Rede Ecovida de Agroecologia, cuja responsabilidade de execução é do Núcleo de Ecologia e Agriculturas, que faz parte da estrutura da Guayí. É assim que, neste trabalho, são desenvolvidas algumas descrições dos processos, bem como uma breve discussão sobre avanços e desafios relativos às análises de conformidade da produção e comercialização de orgânicos. Finalmente, são tecidas considerações finais que contemplam aspectos e aprendizados que emergem do trabalho realizado.

2. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO

Guayí significa “semente” no idioma Guarani, e justamente por isso foi o nome escolhido para a organização não governamental, cuja atuação está pautada pela Democracia, Participação e Solidariedade, que também compõem sua denominação. Formalmente a Guayí é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) desde o ano 2001, porém, sua trajetória começa antes. A organização surge como resultado das experiências do Grupo de Estudos Agrários (GEA) e da Cooperativa Ecológica Coolméia. O GEA foi constituído por estudantes e ambientalistas, e se tratava de uma organização informal que tinha como objetivo o debate político e a atualização permanente de questões relativas às dinâmicas agrárias, especialmente, no Rio Grande do Sul. Já a Coolméia foi constituída como uma cooperativa, em 1989, movida inicialmente por consumidores que buscaram organizar a produção e o abastecimento de alimentos orgânicos em Porto Alegre. Sua atuação foi muito relevante para o surgimento posterior do movimento agroecológico no RS e no Brasil.

O encontro de alguns dos integrantes do Grupo e da Cooperativa acaba por resultar na formação de um coletivo que traça como parte de seus objetivos organizar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar ecológica. A trajetória da organização abrange vários projetos e mudanças ao longo do tempo. Aqui, foram trazidos apenas alguns elementos centrais, mais informações se encontram no Anexo A.

A Guayí, em seus fundamentos e estatutos, está alicerçada nos conceitos de auto-organização, democracia participativa, feminismo e economia solidária, ecologia e respeito à diversidade, direitos humanos e resolução de conflitos sem violência, democratização da comunicação, fomento à criatividade e ao conhecimento livre. Do ponto de vista organizacional, internamente está estruturada em núcleos de atuação. São estes o

Núcleo de Ecologia e Agriculturas (NEA), o Núcleo Feminista, o Núcleo de Habitação e Regularização Fundiária e o Núcleo de Violência, Segurança e Direitos Humanos.

A atuação durante o estágio ocorreu junto ao NEA, que é o núcleo responsável por desenvolver projetos de fortalecimento e promoção do trabalho de famílias agricultoras e comunidades tradicionais. São exemplos da experiência no desenvolvimento de ações o Projeto Arroz Quilombola, os Polos de Biomineralização, o Projeto Mulheres Rurais em Rede por Agroecologia e Economia Solidária e Feminista e, o projeto em execução no atual momento, Fortalecimento dos Sistemas Participativos de Garantia da Produção Orgânica da Rede Ecovida de Agroecologia.

O projeto em execução tem como objetivo atuar junto a Rede Ecovida para qualificar a produção e os processos da certificação participativa para produtos orgânicos, auxiliar as famílias na elaboração dos seus Planos de Manejo Orgânico e Cadernos de Campo das Unidades de Produção Agrícolas (UPA), contribuir na condução dos Grupos e Núcleos Regionais e efetuar espaços formativos na temática da agroecologia. O projeto conta com financiamento de emenda parlamentar, está previsto para ser executado durante o ano de 2022, com possibilidade de novos projetos de continuidade. É coordenado pelo coordenador geral da Guayí e conta com uma equipe técnica formada por três técnicos de campo e uma estagiária.

A metodologia adotada no projeto parte de um conhecimento mais aprofundado sobre a realidade e o resgate de experiências. Adota o compromisso metodológico de desenvolver o projeto como uma ação pedagógica que contribua com o protagonismo das famílias agricultoras, para assim colaborar com a construção de possibilidades e avanços concretos da agroecologia e dos Sistemas de Participativos de Garantia. Assim, a realização do trabalho que, agora, se desdobra na elaboração deste TCC esteve diretamente relacionada ao desenvolvimento, na prática, das metodologias que conduzem as ações do referido projeto.

3. ALGUMAS REFERÊNCIAS SOBRE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA NA PRODUÇÃO ORGÂNICA

Esta seção contempla o referencial teórico que tem como foco central esclarecer a trajetória da institucionalização da produção orgânica de alimentos no Brasil, dando mais atenção para os processos que se instauram baseados na participação na certificação por pares. Está dividida em duas partes, uma para esclarecer aspectos relativos à legislação e outra que

trata especificamente da experiência da Rede Ecovida, uma vez que esta tem relação direta com as atividades desenvolvidas.

3.1 Breves considerações sobre a legislação brasileira de orgânicos

Desde a década de 1970, já havia, no Brasil, diversas experiências que se identificavam como produção orgânica, com envolvimento de uma diversidade de agricultores. Algumas das iniciativas documentadas estavam em sintonia com experiências internacionais, desenvolvendo diferentes formas de cultivo (orgânico, biológico, natural, biodinâmico etc.) (LUZZI, 2007). Ao mesmo tempo, outras experiências de agricultura sem os insumos modernos continuaram existindo, em sua grande maioria baseadas em conhecimentos tradicionais e/ou locais.

Entretanto, na medida em que o mercado para os chamados produtos orgânicos foi crescendo, também se intensificou o debate sobre a regulamentação. No Brasil, começam algumas tratativas em 1994, após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), no ano de 1992, no Rio de Janeiro. A necessidade da implantação de um sistema de certificação foi pautada por meio da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) e concretizada em alguns países através dos regulamentos da ISO (International Standardization Organization) (MACHADO et al., 2017).

No caso brasileiro, houve certo entendimento de que era necessário desenvolver outros mecanismos de certificação, em especial, a partir de diálogo entre organizações sociais e comissão formada por representantes do poder público, de maneira que fosse viável. Em 1999, sai a Instrução Normativa 007, estabelecendo que a composição da comissão responsável passaria a incorporar organizações envolvidas na produção orgânica, como cooperativas e associações, instituições de ensino, além de agentes públicos de diferentes ministérios. Resulta desse processo, em 2003, a publicação da Lei 10.831, que define as diretrizes da produção orgânica. Porém, só em 2007 é lançado o Decreto 6.323, regulamentando a lei, que viria a orientar as instruções normativas publicadas a partir de 2008-2009 (MACHADO et al., 2017).

Este processo foi demorado. No entanto, com a promulgação da chamada Lei dos Orgânicos, a produção e comercialização de produtos provenientes da agricultura orgânica passam a contar com uma regulamentação, que reconhece a finalidade do sistema de produção orgânico, padronizando o conceito de produto da agricultura orgânica ou produto orgânico.

Assim, os variados sistemas de produção passam a ter reconhecimento formal, além do reconhecimento social que já tinham, estabelecendo que a certificação seria de responsabilidade de organismos oficiais, com o processo de acreditação realizado por auditoria externa ou por processo participativo. Em ambos os casos deve ficar assegurada a rastreabilidade da produção (BRASIL, 2003).

O Decreto 6.323, de 2007 dispõe sobre os regulamentos de forma mais prática e minuciosa. Abrange práticas empregadas, relações estabelecidas, qualidade do produto, insumos utilizados, designa responsabilidades e o controle social na venda direta. Nele, são detalhados aspectos relativos ao funcionamento do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG), administrado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no qual os Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica, participativos ou por auditoria, são registrados e concentram informações (BRASIL, 2007; MACHADO et al., 2017).

Pode-se destacar, entre os vários regulamentos, a IN 19/2009, que designa os mecanismos de avaliação da conformidade, incluindo o Sistema Participativo de Garantia (SPG) e os Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC), assim como os outros modelos de controle (BRASIL, 2009; NIEDERLE, DORVILLE, LEMEILLEUER, 2019). A Figura 01, abaixo, ajuda a esclarecer como o chamado SISORG está organizado.

Figura 01: Mecanismos de Avaliação da Conformidade



A IN 46/2011 determinou um novo Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal. A instrução estabelece como ferramenta principal o Plano de Manejo Orgânico (PMO), que passa a ser um instrumento de registro que deve ser mantido atualizado e com as informações técnico-produtivas que servem para aferir se as atividades realizadas são condizentes com os objetivos da produção orgânica. Isso inclui procedimentos que visam a preservação do solo, a conservação da água e da biodiversidade, o manejo ecológico do solo, de pragas e de doenças. Também, são considerados aspectos como o resgate cultural, a qualidade de vida e as relações de trabalho justas, garantindo saúde e sanidade em todo o processo (MACHADO et al., 2017). Mais recentemente, a Portaria 52/2021 incide sobre a instrução normativa com o objetivo de atualizar o regulamento técnico, alterando as práticas permitidas e a lista de substâncias utilizadas nos sistemas orgânicos. Regula também a obtenção de sementes e mudas, buscando a garantia de não contaminação (BRASIL, 2021). Os aspectos e exigências configuram uma consequente mudança nas formas e conteúdos exigidos nos documentos que servem para o controle, ou seja, altera os Planos de Manejo que os produtores e técnicos precisam elaborar e informar.

Estas breves considerações sobre a legislação que orienta a produção orgânica, bem como os procedimentos relativos à certificação, são relevantes, neste trabalho, na medida em que se referem diretamente às atividades desenvolvidas no âmbito do principal projeto acompanhado durante o estágio.

3.2 A Rede Ecovida e a Certificação Participativa

Os sistemas participativos de avaliação da conformidade, como são conhecidos e institucionalizados na atualidade, resultam da extensa trajetória do movimento da agricultura alternativa e, posteriormente, do agroecológico, que acabaram por influenciar a formulação de políticas públicas que vêm, nos últimos 30 anos, transformando e consolidando a produção orgânica no país (LUZZI, 2007; PEREZ-CASSARINO et al., 2018). Niederle; Dorville e Lemeilleuer (2019) destacam que, durante os anos de 1980 a 1995, houve um crescimento importante de grupos e organizações sociais que fomentaram iniciativas locais de práticas denominadas ecológicas. Muitas delas se desenvolveram apoiadas por organizações não governamentais e, especialmente, por organizações ligadas às Igrejas Luterana e Católica, nesta segunda por setores ligados à Teologia da Libertação.

Desse processo, surge a Rede de Tecnologias Alternativas-Sul, que fazia parte, nacionalmente, junto com outras organizações semelhantes, da Rede PTA (Projeto de Tecnologias Alternativas). Perante essa experiência, em várias universidades, organizam-se coletivos comprometidos com o desenvolvimento de pesquisa e com a formação de extensionistas rurais para qualificação, avanço e capacitação de recursos humanos para atuar no que, viria, mais tarde, a se consolidar como agroecologia (NIEDERLE; DORVILLE e LEMEILLEUR, 2019; CHARÃO-MARQUES, 2017).

Segundo Niederle et al. (2019), no caso do Rio Grande do Sul, o encontro de organizações locais, como o Centro Ecológico (criado em 1985), o CETAP¹ (1986) e a Cooperativa Coolmeia² (1989), criaram espaços de discussão e intercâmbio de experiências, dando origem à Rede Ecovida de Agroecologia em 1998. Tendo como objetivo central: “organizar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar ecológica” (ROVER,2011, p.59). A Rede se dispôs a agrupar elementos essenciais para o avanço da agroecologia, promovendo espaço de articulação social, incorporando formas técnicas, sociais e econômicas de estimular o engajamento de mais pessoas na construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico do agrário brasileiro (ROVER, 2011; PEREZ-CASSARINO, MEIRELLES, 2018).

Parte do resultado da articulação em rede foi a percepção de que era necessário dar uma resposta à pressão de certificadoras e do MAPA pela certificação dos produtos orgânicos. É assim que, com a mediação das organizações, que já vinham trabalhando com as famílias de agricultores, intensifica-se o diálogo sobre a possibilidade do estabelecimento da acreditação participativa.

É no 1º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, em 1999, que ela é expandida para os três estados do Sul. As bases iniciais de atuação da Rede não se referem somente à certificação, uma ideia de promoção da agroecologia se mostrava como central. É definida, naquele momento, a integração de ONGs dedicadas à assessoria técnica e organizações de consumidores. Já no ano 2000, devido à amplitude alcançada pela Rede, há uma opção pela descentralização da organização, que passaria a funcionar em Núcleos Regionais distribuídos nos três estados da Região Sul. No 3º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, em 2001, no Paraná, são estabelecidas diretrizes que viriam a

¹ O CETAP é uma organização da sociedade civil, fundada por expoentes das organizações sociais e técnicos da área de produção de alimentos e vida no meio rural.

² A Cooperativa Coolméia foi uma organização fundada em Porto Alegre, que existiu até o ano de 2000. Tinha como objetivo viabilizar a produção e a comercialização de produtos orgânicos.

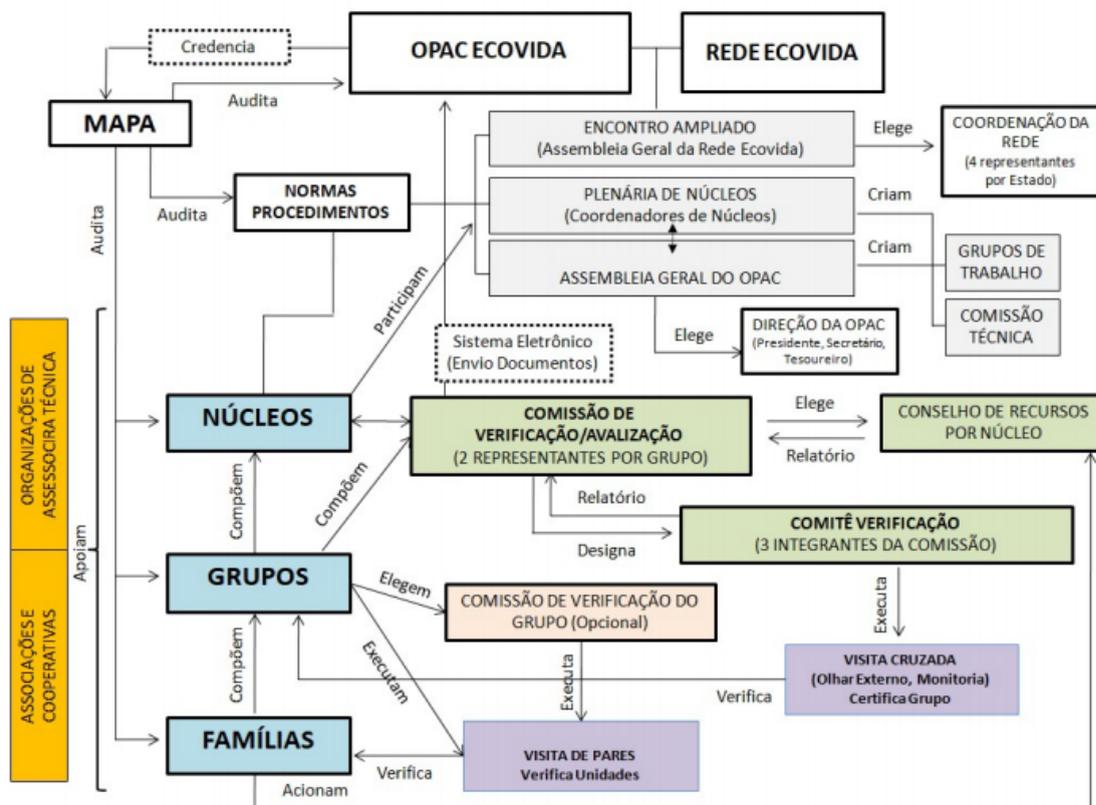
culminar, em 2004, no primeiro caderno de formação³. Perez-Cassarino e Meirelles. (2018), apontam que o registro e a sistematização dos processos que vinham sendo desenvolvidos pela Ecovida foram muito importantes para respaldar os diálogos que permitiram a negociação de políticas públicas voltadas à certificação participativa.

Tanto Rover (2011), como Niederle; Dorville e Lemeilleuer (2019) destacam que, no início do debate interno sobre a certificação e o uso de selos de produto orgânico, não houve consenso entre os membros. O entendimento era de que, nos mercados locais, onde os agricultores e consumidores já se conheciam, havia confiança mútua, para o que o processo interno de controle funcionasse bem. O crescimento do volume da produção orgânica e a necessidade de ampliar mercados acabou desencadeando na rediscutir da precisão do uso do selo. Assim, a Rede Ecovida qualifica seus processos e sua organização, passando a atender aos critérios para a constituição de um OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade), que é uma das formas de fazer parte do SISORG (ROVER, 2011, p.59).

Diante desse processo a Rede Ecovida formaliza sua metodologia de controle, estruturando sua forma de trabalho em núcleos regionais, estabelecendo um formato descentralizado, como representado na Figura 02. A estrutura básica consta de uma coordenação, secretaria, tesouraria e conselho de ética. Os grupos de agricultoras e agricultores são o primeiro nível de articulação e, junto com ONGs, grupos de consumidores e outras organizações, constituem os núcleos regionais. Esses núcleos, por sua vez, configuram a Rede Ecovida de Agroecologia (PEREZ-CASSARINO; MEIRELLES, 2018). Para a devida inserção no SISORG e geração de certificado de produção orgânica, a documentação estabelecida por lei e utilizada na Rede deve ser apresentada e aceita ao Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, estabelecido pelo MAPA.

³ O caderno de formação é a sistematização da metodologia de certificação participativa de produtos ecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia, construído a partir da geração de credibilidade, resultante da relação entre agricultores familiares, ecologistas e consumidores.

Figura 02: Organograma do OPAC Associação Ecovida de Certificação Participativa



Fonte: NIEDERLE; DORVILLE; LEMEILLEUR, 2019, p. 14.

A realização da certificação participativa requer processos descentralizados de geração de credibilidade em rede, no entanto, sem perder as características locais e a qualidade dos produtos. Isto é obtido por meio da participação e compromisso entre agricultores, técnicos e consumidores, que são as principais categorias que compõem os organismos de acreditação no sistema participativo (ROVER, 2011). Na prática cotidiana que faz funcionar os processos, os requerimentos para organização e garantias técnicas passam, obviamente, pela participação de todos os envolvidos.

O estudo de Mendonça (2015), que inclui o OPAC Rama (Região Metropolitana de Porto Alegre) e o OPAC Litoral Norte (também no RS), descreve algumas dinâmicas dos processos de organização e participação social, apontando que necessitam de mediação, negociação e uma construção permanente de aperfeiçoamentos de instrumentos. A autora também identifica que os processos que levam à concretização da certificação são importantes geradores de outras transformações e inovações na produção de alimentos orgânicos, na medida em que favorecem a mobilização e o intercâmbio entre todos os envolvidos. Assim, a certificação participativa é um processo que está em pleno funcionamento no Brasil, servindo,

inclusive, de modelo para outros países. Todavia, segue em transformação na medida em que se amplia seu alcance e a participação, trata-se de um processo sociotécnico dinâmico.

4. ATIVIDADES REALIZADAS

As atividades realizadas, durante o estágio, estavam previstas, em sua maioria, no projeto que estava em execução junto à Rede Ecovida de Agroecologia, conforme descrito anteriormente. O plano de ações do projeto se orienta por metas e etapas, as quais contemplam uma série de atividades a serem elaboradas a nível de equipe técnica, assim como junto aos grupos, núcleos e organizações parceiras. Para qualificar a inserção das atividades previstas para o estágio, foi realizada uma reunião para uma apresentação do projeto, além de momentos em que a equipe técnica proporcionou formação específica, introduzindo a metodologia empregada pela Rede Ecovida, tópicos mais relevantes sobre a legislação de orgânicos e o preparo das estratégias metodológicas de aproximação da equipe com os núcleos e grupos beneficiários do projeto.

As atividades relatadas a seguir foram efetuadas por todos os membros da equipe técnica, com divisão de tarefas em cada espaço, subdividindo em falas, relatorias, preparo de relatórios, elaboração de materiais visuais e impressos, planejamento e execução de compras de insumos, acompanhamento de visitas, checagem de documentos e certificados, organização de atividades formativas, com respectivo desenvolvimento de metodologias de trabalho.

4.1 Participação no Encontro de Formação das Famílias Agricultoras

Dentre as primeiras atividades realizadas, está o acompanhamento do Encontro de Formação das Famílias Agricultoras do Núcleo Vale do Caí da Rede Ecovida, em 3 de julho de 2023, no município de Bom Princípio. Esta atividade fazia parte do plano de ação referente à meta 3. Esta meta se refere ao fortalecimento dos núcleos regionais do Vale do Caí e do Sudeste Gaúcho em sua articulação com a Rede. A ação faz parte da etapa que prevê a realização, em cada núcleo regional, de uma atividade de formação sobre produção e comercialização de orgânicos.

O Encontro foi iniciado com a exposição do histórico da Rede Ecovida, feita por Laércio Meirelles, coordenador do Centro Ecológico e integrante da coordenação da Rede Ecovida. O foco da apresentação estava voltado a reforçar a importância do conceito de

“rede”, de forma que todos os presentes tivessem a compreensão de que a atuação em rede parte de uma percepção individual, mas que ganha sentido nas ações executadas pelo coletivo, para as quais são relevantes as formas de compartilhamento de experiências. Para Meirelles, a noção de “rede” surge da comparação com a estrutura da rede de pesca, que é formada com diversos nós, de forma artesanal, sendo cada um deles importante para uma pesca bem sucedida. Os nós representam os espaços físicos dos grupos e centros de apoio, e as linhas as relações, ligações e intercâmbios entre eles.

Naquele momento, foi resgatada a ideia de que a criação da Rede precede a formalização da certificação participativa e das OPAC's. A ideia foi provocar os presentes a refletir acerca do que motiva cada agricultora e agricultor a ser parte da Rede Ecovida. O histórico mostrou que as famílias participantes apontam que os benefícios da participação aparecem na promoção da saúde, na agregação de valor à produção, no convívio com a diversidade, nas trocas de conhecimento, estímulo à biodiversidade, viabilidade da produção, dentre outros aspectos. Nas palavras de Meirelles, “estar na rede é se colocar à disposição para resolver problemas do coletivo a partir da própria experiência e compartilhamento dos saberes”.

As pessoas presentes, durante a discussão, compartilharam suas percepções de como a rede se encontra atualmente. Enquanto uns visualizam que o objetivo social foi ficando em segundo plano, outros entendem que estes objetivos tomaram um rumo diferente, mas seguem atuais. Durante este momento, foi lembrado que diversas iniciativas surgiram das organizações que compõem a rede, como por exemplo, no período marcado pela crise política e sanitária de COVID-19: com o aumento da fome, houve ações de distribuição de alimentos para pessoas em vulnerabilidade social. Também, foi reforçada a importância do diálogo a respeito do preço justo, da democratização do acesso ao alimento de qualidade, pauta sempre presente na Ecovida e favorecida com a presença de consumidores, constituindo objetivos que todos compartilham.

No segundo momento do encontro, a exposição foi elaborada pela equipe técnica da Guayí, representada pelos integrantes: André Mombach, coordenador geral da OSCIP, Maiz Bortolomiol Dias e Gustavo Vodzik, ambos agrônomos, responsáveis técnicos do projeto. André introduziu a apresentação com um breve histórico do surgimento da Guayí, destacando suas raízes nas lutas sindicais do estado, que serviu de base formativa de parte dos integrantes que, hoje, a compõe. Segue-se a apresentação do projeto em execução, que teve o intuito de acordar objetivos comuns e colocar a Guayí como organização de apoio à certificação

participativa junto ao Núcleo do Vale do Caí. Neste sentido, foi ressaltada a importância de considerar suas particularidades e a necessidade de formar agentes para fortalecer os processos pactuados na Rede.

Na sequência, foi trabalhada a questão da legislação brasileira de orgânicos, com foco na certificação participativa. Segundo os participantes, foi importante trazer a mais recente atualização na legislação, pauta que vem preocupando as agricultoras e os agricultores nos últimos tempos. Isso porque, a partir das Portarias 52/2021 e 404/2022, atualizando o regulamento técnico e a relação de insumos permitidos, a maior interferência recai sobre o controle de mudas e sementes.

Anteriormente, a aquisição de sementes e mudas orgânicas deveria ser de 100% em apenas um ano de transição, o que era considerado inviável por muitos agricultores, devido à falta de oferta de sementes e mudas certificadas e de qualidade. A atualização que se deu após discussões e acordos na CPOrg/MAPA (Comissão de Orgânicos nos estados da federação), resultaram em novas normas que permitem a mudança gradual para aquisição de mudas certificadas de 20% ao ano e, no caso de plantio com sementes, a mudança deve ocorrer em totalidade em cinco anos, assim como a propagação por material vegetativo.

Para concluir, Lauderson e Cristiano, também coordenadores da Rede Ecovida, apresentaram detalhamentos sobre a documentação necessária para a certificação orgânica. Foi exibido o organograma da Rede, que atualmente integra 34 núcleos com registro no MAPA, seguido da OPAC composta por duas secretárias designadas pelo coletivo para desempenhar a função de dialogar com o MAPA, trabalhando na organização dos documentos e demandas dos membros da Rede e do Ministério.

Um documento importante para registro de toda e qualquer atividade, executada a nível de grupo e núcleo é constituído pelas atas das reuniões. Por meio dessas, é possível ter uma relação mais ampla do que vem sendo realizado, bem como registrar os novos membros, sendo um documento chave para a organização da Rede e fiscalização do Ministério. As mudanças na legislação são frequentes e interferem nas demandas pela documentação, tendo em vista que todos os documentos devem ser atualizados de acordo com os novos modelos. Embora os ajustes sejam parte de aprimoramentos, torna-se trabalhoso manter os processos funcionando. Justamente por isso, o acompanhamento técnico e o conhecimento da burocracia se tornam parte do trabalho cotidiano.

Figura 03: Encontro de formação com o Núcleo Vale do Cai



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

4.2 Visitas de olhar externo

Dando seguimento às atividades, foram acompanhadas visitas ‘de olhar externo’ em unidades de produção (UPAs). Este trabalho é fundamental como parte dos direitos e deveres que constituem a geração de credibilidade. Ele é de responsabilidade coletiva. Cabem aqui as visitas e reuniões. A visita de olhar externo complementa a visita de pares, ação prevista a nível de grupo, obedecendo a um ciclo anual em que todas as famílias devem visitar as unidades de produção que integram o grupo. Ou seja, todos visitam todos.

A visita de olhar externo, então, é realizada pelo comitê de ética, que é formado por três pessoas escolhidas pelos grupos, sendo uma mulher e, preferencialmente, um jovem. Também, neste é importante que os integrantes sejam de grupos diferentes, para dar uma perspectiva mais ampla e um caráter de troca. As visitas ocorrem no ano com a raiz quadrada do número de integrantes que compõem o grupo, porém, todos devem ser visitados no período de quatro anos. Reuniões de grupo e da comissão de ética são os espaços para o qual se levam as discussões e pautas pertinentes para o coletivo, prezando pela conformidade dos processos.

Nas atividades de geração de credibilidade, a equipe técnica faz o acompanhamento no sentido de orientar e apresentar o roteiro, a ser observado pelo comitê de ética nas visitas. Este trabalho é feito de forma dinâmica, para que o grupo ou núcleo se aproprie dos processos. A visita de olhar externo é uma das atividades de campo mais importantes. Durante o estágio foi possível acompanhar algumas dessas visitas, que envolveram a equipe como um todo, o comitê de ética e os grupos que conformam os núcleos.

A rede possui uma sequência de documentos numerados, sendo o nº 07 um roteiro de orientação para as visitas técnicas, o qual é usado de forma mais cotidiana, como consulta para que não falte nenhuma etapa na visita. Nas visitas presenciadas, a maioria das questões foram levantadas durante a caminhada pela UPA, destacando os seguintes aspectos identificados: a participação da família nas atividades da Rede, os manejos empregados na produção, a preservação dos recursos naturais, os insumos utilizados, a forma de descarte-dos resíduos e o escoamento da produção.

Uma das etapas mais importantes é a conferência dos documentos, constituídos pelo caderno de campo e pelo plano de manejo orgânico, analisando a coerência dos mesmos com o que foi visto na área e a conformidade dos dados com o que é previsto, assim como a atualização e validade destes. Para isso, a equipe técnica precisa estar sempre atualizada com relação às mudanças para auxiliar na conformidade.

Uma das visitas de olhar externo ocorreu no grupo Ecocitrus⁴, em Montenegro. Nessa ocasião, ocorreram as visitas em quatro UPAs, sendo a amostra resultante da raiz quadrada do total de membros do grupo. Foram visitadas as propriedades da família Konrad, família Kranz, família Henz e família Meurer. Nas propriedades, a primeira etapa foi a revisão dos planos de manejo e cadernos de campo. No segundo momento, o grupo composto pelo comitê de ética, da equipe técnica e pelos produtores fez uma caminhada pela área. A Cooperativa Ecocitrus é referência histórica na produção de citrus em sistema orgânico e seus membros pertencem a um dos grupos fundadores da Rede Ecovida.

A primeira unidade de produção visitada foi da família Konrad, apresentada pelo agricultor Maique Konrad. Segundo os critérios de avaliação, pode-se avaliar que esta propriedade possui uma localização privilegiada em termos de divisas, sem risco de contaminação por deriva. O manejo está bem estabelecido, caracterizando uma boa qualidade dos cultivos. Não houve inconformidades em comparação aos documentos previstos na Rede Ecovida e a visita nas áreas.

A segunda unidade de produção visitada foi da família Kranz, apresentada por Márcia e João Kranz, casal de agricultores proprietários da área. Esta propriedade é reconhecida pela sua história que, além de compor a fundação da Rede, é referência na agricultura biodinâmica. Na área, é possível ver a manifestação desse empenho, através de um manejo exemplar na condução dos pomares, que são agroflorestais, com plantio de citrus associado a frutíferas

⁴ A Ecocitrus é uma cooperativa de produtores de citrus em modelo agroecológico e também trabalha com os resíduos na geração de biofertilizante, composto e, mais recentemente, biogás. A cooperativa é referência em agroecologia e já se encontra consolidada no mercado.

nativas, bananeiras e espécies florestais. Essa visita proporcionou um momento de grande aprendizado e intercâmbio de práticas. A unidade de produção não tem inconformidades em comparação aos documentos e à visita das áreas de produção. Cabe destacar que os produtores tiveram que implantar uma barreira física com quebra-ventos, devido ao risco de contaminação proveniente de agrotóxicos utilizados pelos vizinhos.

A terceira unidade de produção visitada foi da família Henz, apresentada pelo agricultor Alceu Henz. Nessa propriedade, a produção é de pomares de citrus, mas no plano de manejo já está inclusa a produção de hortaliças, visada para o próximo período. Não possui inconformidades em comparação com os documentos e a visita na área, porém, novas áreas estão sendo implantadas e precisarão de atenção quanto ao manejo.

A última unidade de produção visitada foi da família Meurer, apresentada por Seu Martin Meurer, agricultor histórico da Rede. Houve uma limitação à visita devido a ocorrência de chuva intensa no local, assim, a mesma se deu somente nas dependências da propriedade. Este espaço é interessante por ser um expoente no turismo rural da região, ressaltando a cultura e a gastronomia local. Para compensar a dificuldade de observação do sistema produtivo, a visita se concentrou em uma roda de conversa sobre diferentes temas importantes para a produção orgânica e para a agroecologia. Uma observação que se pode fazer é que, como para grande parte das famílias, há um problema com o envelhecimento dos agricultores e a falta de perspectiva de sucessão rural.

Figura 04 e 05: Visita de olhar externo nas famílias do grupo Ecocitrus



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

4.3 Visita de pares

A visita de pares ocorre dentro dos grupos, sendo que todos os seus integrantes visitam todas as unidades de produção em um ciclo de um ano. A presença de cada família é um aspecto importante nessa atividade, prevendo-se uma frequência obrigatória de, no mínimo, 75% das famílias. A visita de pares presenciada durante o estágio foi em um grupo que está se integrando à Rede, o grupo Orgânicos de Glorinha, que compõem o Núcleo Agroecológicos Terra Viva.

A família visitada, representada na figura da Camila e do Thiago, possui a unidade de produção primária animal e uma agroindústria de laticínios, as quais pertenceram a OPAC-Rama anteriormente. Observou-se que eles já tinham uma base de como funcionam os processos da certificação participativa. Foi uma atividade interessante, pois a certificação ali ocorre em dois escopos: produção primária animal e processamento de produtos de origem animal.

Na unidade de produção, foi apresentado todo o sistema de produção leiteira. Destacou-se os exemplares controle e registro realizados, bem como a organização dos insumos utilizados. Os demais integrantes do grupo, principalmente os que trabalham no mesmo escopo, intercambiaram muitas técnicas de manejo.

Na agroindústria, foi realizada a visita na ordem do fluxo de produção, iniciando no local de entrada e finalizando na expedição. Após se conhecer a etapa de processamento, visitou-se a área administrativa, onde também se destacou o exemplar sistema de controle e registro. A Agroindústria possui um sistema de rastreamento de ponta a ponta.

Figura 06 e 07: Visita de pares no grupo Orgânicos de Glorinha



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

4.4 Organização e acompanhamento de reuniões

4.4.1 Reunião de equipe técnica

A equipe técnica se refere aos integrantes do Núcleo de Ecologia e Agriculturas, composto por duas engenheiras agrônomas, Isabel Silva e Maiz Bortolomiol, um engenheiro agrônomo, Gustavo Vodzik, e o Coordenador Geral da OSCIP, André Mombach. São realizadas reuniões semanais, em que o grupo organiza a agenda, prepara as metodologias para as atividades e encaminha tarefas, inclusive a elaboração de material de apoio e definição sobre aquisição de instrumentos.

Inicialmente, estas foram no formato de seminário, utilizando o espaço para o nivelamento dos conhecimentos sobre o processo de certificação participativa, a realidade dos núcleos trabalhados, as metodologias de inserção nos espaços internos a rede, a legislação brasileira de orgânicos. Na oportunidade todos puderam se apropriar, uma vez que é a primeira atuação do NEA na estrutura da Rede Ecovida.

O espaço das reuniões foi importante para a compreensão coletiva perante a aproximação de cada núcleo e, principalmente, de cada grupo. Também possibilitou visualizar as demandas e encaminhar atividades para saná-las. Oficinas de formação são demandas constantes, nas temáticas de agroecologia, de gênero e na área técnica, especialmente, quanto ao uso de ambientes protegidos, produção de mudas e bioinsumos. A equipe vem recorrendo ao apoio das universidades e outras organizações e instituições parceiras para concretizar estes processos.

Outra análise importante diz respeito a uma visão ampla de como os grupos estão a par das etapas, direitos e deveres para a geração de credibilidade, assim como atualizações sobre o processo de certificação a nível de legislação nacional. Para isso, o NEA organizou um material de apoio que colocou, de forma simples e nítida, um *checklist* para as atividades de geração de credibilidade e pontos práticos alterados quanto à aquisição de sementes e mudas (ANEXO B).

Figura 08: Reunião de equipe técnica



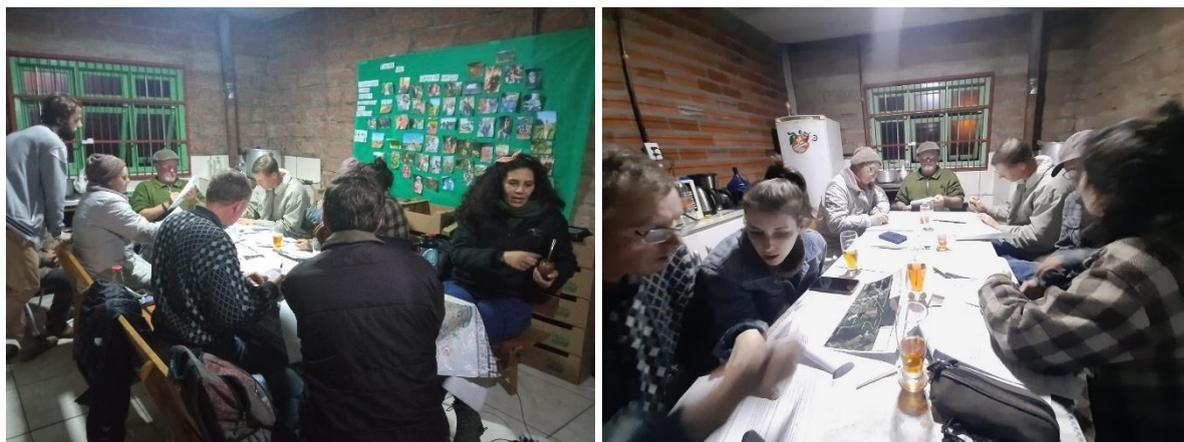
Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

4.4.2 Reunião de Grupo

As reuniões de grupo compõem a série de ações previstas na certificação participativa, sendo registradas em livro ata e utilizando lista de presença dos participantes para validação. Para adquirir o certificado de conformidade, a família deve participar de 40% das reuniões organizadas em um ano, o que é conferido pelo comitê de ética. As reuniões de grupo podem integrar ou não a visita de pares, otimizando a disponibilidade de participação do grupo.

Na ocasião da reunião de grupo vivenciada no estágio, o grupo acompanhado foi o Ecocitrus. Acompanhar o diálogo do grupo é interessante, pois este tem uma larga história na agroecologia e as famílias compartilham essas experiências, reafirmando seus princípios compartilhados dentro da Rede. Uma atividade importante, realizada pela equipe técnica nessa ocasião, foi a atualização dos planos de manejo, documentos que são de extrema relevância perante os órgãos de fiscalização, o comitê de ética e os parceiros de Rede. O preenchimento dos planos de manejo foi feito já no novo modelo (conforme mencionado anteriormente), condizente com a mudança na legislação. E, por conta disso, houve diversas dúvidas. A equipe fez uma apresentação mais geral abordando o documento e, no segundo momento, cada integrante acompanhou individualmente o preenchimento das famílias, levando para o grande grupo questões que podiam ser mais amplas.

Figura 09 e 10: Reunião de Grupo com o grupo Ecocitrus



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

4.4.3 Reunião de monitoramento

O objetivo deste espaço foi o mapeamento das atividades realizadas até então, o acompanhamento e avaliação de todos estes processos do Núcleo de Ecologia e Agriculturas da Guayí em relação aos grupos do Núcleo Vale do Caí, assim como a orientação sobre a geração de credibilidade e projeção de novos passos do NEA.

A atividade iniciou com um diálogo geral em relação ao atual momento e como vem se dando a atuação do NEA. Houve, por meio de fotos, o resgate das atividades realizadas até então com o Núcleo do Vale do Cai, para melhor visualizar o avanço que se teve ao longo da execução do projeto. A equipe relatou também como foram desenvolvidas as atividades nos demais Núcleos da Rede Ecovida e o recente avanço no Núcleo Agroecológicos Terra Viva, com novos grupos se agregando.

A Comissão de ética estava presente, representada por dois integrantes de cada grupo, que trouxeram o relato de como estava a atualização dos documentos e os percalços ocorridos no processo. Houve uma discussão sobre a mudança na legislação de sementes e mudas, o que trouxe para a conversa as dificuldades em encontrar estes insumos com boa qualidade no mercado. Por parte do NEA, foi relatada a participação em assembleia pública estadual sobre a questão da biomineralização, quando se aprovou a necessidade de registro e análise do insumo usado pelos agricultores. Esta nova exigência, na atualidade, é vista como algo incompatível com a realidade, visto que é um insumo que não tem valor agregado suficiente para provocar o interesse pela regularização. Também, foi destacada a importância da manutenção da participação de representantes da Rede Ecovida na CPOrg.

No momento seguinte, a dinâmica foi mais livre, sendo feita uma rodada com a comissão de ética para compreender as impressões de cada grupo, uma forma de avaliação coletiva. Em resumo, pode-se destacar que, dentro da metodologia da reunião, este foi o momento para que fossem apresentados alguns aspectos levantados pelos grupos. Por exemplo, surgiram questões relativas à necessidade de capacitar melhor os próprios agricultores de modo a não depender da presença constante da equipe técnica; de promover melhorias na comunicação; de seguir informando sobre as mudanças em como reportar os PMOs, dentre outros. Também, foi avaliado que a execução do projeto por parte do NEA se deu de maneira satisfatória, respeitando as singularidades e tempos dos diferentes grupos.

Em um último momento da reunião, foram distribuídos materiais com *checklist* de geração de credibilidade e legislação nova sobre sementes e mudas, onde se visualizaram as regras e seus respectivos tempos, assim como detalhes da frequência de visitas ou reuniões. A síntese dos encaminhamentos foi organizada a partir da exposição de que o projeto se estende por mais tempo e, diante disso, fica na responsabilidade no Núcleo Vale do Caí mapear as demandas em função de oficinas e acompanhamento das atividades de geração de credibilidade para a participação da equipe técnica. A agroindústria da família Mosmann apresentou uma alternativa de uso compartilhado, a partir do propósito de beneficiamento de produtos com valor agregado, o que trouxe a demanda de elaboração de um projeto de gestão coletiva do espaço, que contemple também uma análise de viabilidade. Também, foi encaminhado o pedido de trabalhar em uma estratégia de comercialização a exemplo da parceria com a Cooperativa GiraSol, cooperativa de consumidores que trabalha a comercialização de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar e da economia solidária. Houve ainda o registro da necessidade da elaboração de uma lista de insumos permitidos na legislação, assim como seus nomes comerciais e como acessá-los, bem como a realização de uma formação para melhor capacitar a comissão de ética em suas atribuições, com inclusão de todos os integrantes do núcleo.

Figura 11: Reunião de monitoramento com a comissão de ética do Núcleo Vale do Cai



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

4.4.4 Reunião da CPOrg

A Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNPOrg) é instituída por instrução normativa que detalha o funcionamento do SISORG. A comissão é dividida a nível estadual, composta por instituições envolvidas com a temática, desde o setor produtivo e técnico, até a ponta consumidora, havendo representações também do setor governamental e não governamental. Formam-se assim as Comissões Estaduais de Produção Orgânica, como a CPOrg-RS, na qual a Guayí recentemente passou a ter assento como entidade da sociedade civil.

A Comissão se divide em grupos de trabalho (GTs) para otimizar as discussões. Para isso, tem-se o GT de produção vegetal, o GT de produção animal, o GT de comunicação e eventos e o GT de controle social. Na reunião acompanhada durante o estágio, a pauta principal contemplava relatos de cada GT, detalhando o que vem sendo trabalhado. O GT produção vegetal vinha, no momento, trabalhando as questões das alterações da regulamentação de bioinsumos, o plantio em vasos, sementes e mudas (Portaria 52). Seus membros trouxeram a possibilidade de criação do aplicativo de rastreabilidade em conjunto com a ADMAU (Agência de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai). O GT produção animal, composto em grande parte por membros do Conselho Regional de Medicina Veterinária, apresentou materiais informativos gerados e trouxe pontos sobre a produção ovina e experiências de outros estados. O GT de comunicação e eventos vinha pautando a organização da Semana do Alimento Orgânico, atividade importante para a CPOrg. O GT de controle social relatou a organização de visitas a OCS e OPAC's por meio de demandas das organizações. Ao final, foram dados encaminhamentos para estudar como melhorar a

integração de mais consumidores aos processos participativos, para seguir com o aprofundamento no que tange às novas exigências e modificações instauradas pela Portaria 52, para avaliar como melhorar a atuação dos GT's.

5. DISCUSSÃO

Os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) propõem instrumentos e processos para a geração de credibilidade na produção orgânica por meio do envolvimento da própria comunidade. Meirelles (2020) demonstra o aumento de agricultoras e agricultores que vêm aderindo ao sistema participativo, sendo que Hirata et al. (2020) afirmam que a Região Sul é a que tem o maior número de municípios e agricultores certificados desta forma. A trajetória de mais de dez anos de institucionalização dos SPGs no Brasil, faz, também, com que o país seja considerado uma referência mundial, especialmente, por ter sido pioneiro no seu reconhecimento legal (HIRATA et al., 2020).

É importante reforçar que a possibilidade de desenvolvimento dos sistemas participativos de acreditação surge de iniciativas locais de agricultores e consumidores, contando com o envolvimento de diversas organizações da sociedade civil. Isto corresponde a vários anos de trabalho e da criação de espaços de diálogo e de capacidade técnica para criação, adaptação e manutenção de instrumentos efetivos de geração de credibilidade. Soma-se a isso a necessidade da gestão de atividades em coletividades, para as quais a mediação social e a assessoria técnica se fazem necessárias.

Por exemplo, Mendonça (2015) e Meireles (2020) mencionam desafios iniciais relevantes. Não é incomum que organizações que já vêm produzindo ecologicamente e que trabalham de forma participativa resistam à regulação formal por meio das agências do Estado. Em parte, porque há o entendimento de que a credibilidade pela proximidade de produtores e consumidores pode ser suficiente. Em um primeiro momento, parecia que as regulações romperiam este relacionamento que havia sido construído com muito esforço. Com o tempo, foi ficando claro que a introdução das regulações não necessariamente acabaria com os processos de comercialização onde a confiança é dada pela proximidade (PREISS et al., 2017). Também, a necessidade de ter acesso a outros tipos de comercialização e/ou processamento dos alimentos orgânicos fizeram com que essa ideia mudasse. Desta forma, a adesão à certificação formalizada foi mostrando que ela tornava possível o acesso a políticas públicas de incentivo ao mercado institucional (compras públicas) e o alcance de novos

mercados (MEIRELLES, 2020). Aos poucos, o SPG alcança legitimidade junto aos agricultores. Segundo Mendonça (2015), para muitos deles, receber a certificação através do SISORG e do Ministério da Agricultura se transformou em motivo de orgulho, pelo sentimento de reconhecimento de seu trabalho de anos desenvolvendo uma agricultura ecológica/orgânica.

A legislação brasileira de orgânicos que abrange os SPGs e a certificação participativa pode ser considerada recente e, justamente por isso, sempre está em reavaliação e sofrendo mudanças, em geral, para seu aprimoramento. Entretanto, é necessário reconhecer a complexidade da implementação dos SPGs, como descrito, ainda que brevemente, neste trabalho. Neste sentido, cabe sublinhar que ainda é uma questão difícil para diversas famílias de produtores de orgânicos aceitar o fato de terem que certificar e comprovar todas as etapas da produção, enquanto na agricultura convencional não há o mesmo rigor no controle dos procedimentos utilizados, nem a possibilidade de uma rastreabilidade mais efetiva dos alimentos comercializados. De certa forma, esta percepção deriva da própria realidade de quem trabalha com certificação, na medida em que o tempo e os recursos empregados para isso oneram as famílias. Por exemplo, no SPG, são inúmeras as reuniões e visitas cruzadas que os agricultores precisam fazer, além dos registros de todos os procedimentos e o atendimento a normas sempre em transformação.

Por outro lado, a certificação participativa busca considerar a realidade local e promover alternativas que se adequem ao contexto, o que é entendido como um diferencial muito positivo. Nesse aspecto, difere também da certificação por auditoria, em que a checagem de documentação e atendimento de padrões pré-estabelecidos são colocados como prioridade, em detrimento de um desenvolvimento de alternativas mais próximas às diferentes realidades. Tomando-se o caso da Rede Ecovida, pode-se identificar que sua forma de organização e os fluxos de atividades garantem a credibilidade do sistema. Todavia, apresenta-se como um desafio para as famílias garantir a participação em todas as instâncias necessárias mediante as incessantes tarefas produtivas que não podem deixar de realizar. Cabe, aqui, reforçar a importância do diálogo e da flexibilização entre as partes na busca de alternativas inclusivas e viáveis para a efetiva participação.

No sistema participativo, é importante compreender que os diferentes atores envolvidos possuem ritmos distintos de compreensão e domínio das atividades e, portanto, para efetiva participação, é essencial que todos se apropriem da coordenação, documentação e

tenham segurança de posicionamento. A documentação prevista na certificação participativa é extensa, porém, principalmente os cadernos de campo e planos de manejo são ferramentas importantes para o acompanhamento da unidade de produção, sua evolução e o intercâmbio de experiências. A dificuldade se encontra em uma compreensão comum entre os integrantes e a constante atualização de restrições de manejo expostas nos documentos. Nas atividades requeridas, para que o SPG funcione, é importante que todos os integrantes tenham domínio da situação e compreendam a importância e os passos a serem seguidos. Isso garante a autonomia do processo e a possibilidade de reprodução das visitas, reuniões e demais ações.

Desde a Lei 10.831, promulgada em 2003, que veio para formalizar a certificação orgânica, muitas normas foram determinadas, e estas geralmente colocadas mediante uma linguagem que não é usual para muitos agricultores, além de gerar interpretações distintas entre os próprios técnicos e especialistas. Também é importante ressaltar que diversas exigências e suas atualizações frequentes nem sempre estipulam um plano gradativo de cumprimento das mesmas. Dessa forma, as mudanças não condizem com a realidade prática, como no caso relatado com relação à Portaria 52/2021. É nesse sentido que a articulação entre organizações comprometidas com a agroecologia e com a produção orgânica faz a diferença. A atuação de especialistas e da sociedade civil na CPOrg foi crucial para a flexibilização de diversos pontos abordados nesta portaria, tornando viável para as famílias a adequação paulatina. Também, a assessoria e mediação técnica proporcionada pelo NEA foram importantes, na medida em que se atuou na elaboração de materiais que ajudaram a difundir as novas normas de modo explicativo e simplificado, o que foi possível devido à existência do Projeto, como mencionado.

Os SPG ainda ocupam uma parcela pequena e, dada sua importância e potencialidade, sua promoção deve ser priorizada (IFOAM, 2018). A constituição e qualificação do desenvolvimento dos SPG depende de financiamento e apoio técnico, de maneira a promover a agricultura orgânica e melhorar as formas de credibilidade. Para isso, é necessário o desenvolvimento de programas e projetos que viabilizem a participação das organizações, atuando na capacitação de ações em rede e mediando as atividades organizativas e produtivas. A pluralidade dos projetos é alcançada com o envolvimento de representantes da sociedade civil organizada e demais grupos ligados ao setor orgânico. Nesse contexto, a Rede Ecovida de Agroecologia caminha em conjunto com organizações de apoio e promoção da agroecologia e agricultura familiar, que trabalham pesquisa, inovação e a assistência técnica e extensão rural, como parte integrante da sua construção. As experiências do Centro

Ecológico, Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), entre outras, são exemplos de entidades que resultam do processo de avanço da agroecologia e vêm, junto a Rede, contribuindo com os processos de geração de credibilidade da certificação participativa. Com essa relação, a riqueza de conhecimentos se complementa, unem-se agricultores(as), técnicos(as) e consumidores(as).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio permitiu o envolvimento em uma organização de referência, que, a partir do seu Núcleo de Ecologia e Agriculturas, abriu portas para o contato com uma série de atividades vinculadas à agroecologia, a partir de experiências da Rede Ecovida de Agroecologia e seu papel como OPAC. Desta forma, foi possível compreender os processos de certificação participativa e as dinâmicas coletivas que dão base para ela, assim como ter contato com as famílias, grupos e núcleos que realizam cotidianamente a produção de alimentos, o que proporcionou uma grata vivência.

A cronologia dos acontecimentos durante o estágio permitiu acompanhar diversas fases do projeto e vivenciar desde espaços formativos até as etapas concretas da certificação participativa, conhecendo as trajetórias dos grupos, da Rede e criando possibilidades de aprendizado de diversas técnicas de manejo dentro da produção orgânica e de vivência de atividades profissionais no que se refere à atuação em mediação social e técnica.

A Guayí vem se renovando, agregando novos profissionais e aumentando sua capacidade de atuação na área da agroecologia e extensão rural. E, apesar de sua larga trajetória e reconhecimento, a OSCIP inova na relação com a Ecovida, gerando novos laços baseados na confiança e na identificação compartilhada.

Também, da relação com o NEA, é possível ressaltar o aprendizado com o momento do núcleo, que vem se tornando mais coeso, refletindo no aprofundamento das atividades que vem construindo e executando. As interações entre diferentes coletividades, como entre o NEA e os núcleos da Rede Ecovida, também ensina que é possível que as organizações caminhem juntas, mas com autonomia, de forma complementar, sem geração de dependências. Esta dinâmica se mostra importante para o fortalecimento dos grupos e sua apropriação das questões da certificação participativa.

A construção de aproximação com a CPOrg-RS é algo que pode avançar mais, qualificando a representatividade nas discussões, reconhecendo a importância dos espaços democráticos de participação e da elaboração conjunta de demandas e sugestões para as políticas públicas, programas e projetos que venham em benefício de agricultoras e agricultores que fazem a produção agroecológica e orgânica.

Finalmente, pode-se considerar que a geração de credibilidade na produção de alimentos orgânicos é possível de ser alcançada, sendo fundamental uma participação ativa de todos os envolvidos, construindo um processo de confiança e responsabilidade coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Federal nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica, apresentando o conceito, formas de certificação e de fiscalização da produção. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm. Acesso em: 08 de jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Decreto nº 6.323 de 23 de dezembro de 2003**. Regulamenta a Lei nº 10.831, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/Decreto/D6323.htm. Acesso em: 05 de jan. De 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa Nº 19, de 28 de maio de 2009**. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Disponível: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-19-de-28-de-maio-de-2009-mecanismos-de-controle-e-formas-de-organizacao.pdf/view>. Acesso em: 05 de jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução normativa Nº 46 de 06 de outubro de 2011**. Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção, bem como as listas de substâncias e práticas permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção, na forma desta Instrução Normativa e de seus Anexos. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/ptbr/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-46-de-06-de-outubro-de-2011-producao-vegetal-e-animal-regulada-pela-in-17-2014.pdf/view> . Acesso em: 05 de jan. de 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução normativa Nº 46 de 06 de outubro de 2011**. Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção, bem como as listas de substâncias e práticas permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção, na forma desta Instrução Normativa e de seus Anexos. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/ptbr/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-46-de-06-de-outubro-de-2011-producao-vegetal-e-animal-regulada-pela-in-17-2014.pdf/view>. Acesso em: 08 de dez.2023.

BRASIL. **Portaria Nº 52, de 15 de março de 2021**. Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos Sistemas Orgânicos de Produção. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-52-de-15-de-marco-de-2021-310003720>. Acesso em: 08 de dez.2023.

CHARÃO-MARQUES, Flávia; SCHIMITT, Cláudia J.; OLIVEIRA, Daniela. **Agências e associações nas redes de agroecologia : práticas e dinâmicas de interação na serra gaúcha e na zona da mata mineira**. Século XXI: Revista de Ciências Sociais. Santa Maria. Vol. 7, n. 1 (jan./jun. 2017), p. 15-42

DA ROCHA, Luiz Carlos Dias. **Sistemas Participativos de Garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. P. 10-44

FAO. **Marco Estratégico para 2022-2031**. Roma, Out. 2021, documento digital. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb7099es/cb7099es.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

GUAYÍ - DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E SOLIDARIEDADE. **Origem e História**. Disponível em: http://guayi.org.br/?page_id=1973. Acesso em: 17 dez. 2022.

HIRATA, Aloísia Rodrigues; DA ROCHA, Luiz C. D.; BERGAMASCO, Sonia M. P. **Panorama Nacional dos Sistemas Participativos de Garantia**. In: HIRATA, Aloísia Rodrigues; **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2020. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proex/publicacoes_livros/SPG_Brasil_-_E-Book_-_HirataRocha_-_IFSULDEMINAS_1.pdf. Acesso em: 21 de dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Agricultura Familiar. In: IBGE. **Atlas do Espaço Rural Brasileiro**. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Cap. 11, p. 291-311.

IFOAM ORGANICS INTERNATIONAL. **Informe Sobre Políticas da IFOAM – Organics International: Como os governos podem reconhecer e apoiar Sistemas Participativos de Garantia (SPG)**, edição 2018. Documento digital. Disponível em: https://aidstream.org/files/documents/policy_brief_how_governments_can_support_pgs_PT-20190201090240.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

LUZZI, Nilsa. **O Debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Tese de Doutorado. 187 f. Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, Rodrigo *et al.* **Legislação de produção orgânica no Brasil: projeto de fortalecimento da agroecologia e da produção orgânica nos SPG e OCS brasileiros**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Fórum Brasileiro de SPG. – Pouso Alegre, 2017. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proex/publicacoes_livros/cartilha_3.pdf. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

MEIRELLES, Laércio. **A origem da certificação participativa e o desafio dos sistemas participativos de garantia** In: HIRATA, Aloísia Rodrigues; DA ROCHA, Luiz Carlos Dias. **Sistemas Participativos de Garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. P. 46-59

MENDONÇA, Maria Alice F. C. **Sistemas agroalimentares e sustentabilidade: sistemas de certificação da produção orgânica no Sul do Brasil e na Holanda**. 170 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NIEDERLE, P.; DORVILLE, C.; LEMEILLEUR, S. **Estrutura e Funcionamento dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) no Rio Grande do Sul**. 2019. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/333294809_Estrutura_e_Funcionamento_dos_Organismos_Participativos_de_Avaliacao_da_Conformidade_Organica_OPAC_no_Rio_Grande_d_o_Sul. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

PEREZ-CASSARINO, Julian; MEIRELLES, Laércio. **Rede Ecovida de Agroecologia: origens, princípios e sua concepção de comercialização**. In: PEREZ-CASSARINO, Julian, TRICHES, Rosane Márcia; BACCARIN, José Giacomo; TEO, Carla Rosane Paz Arruda, *et al.* (ed.) **Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais**. Chapecó: Editora UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV, 2018, pp. 254-282. E-book: ISBN: 978-85-64905-72-6. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788564905726.0016>. Acesso em: 22 dez. 2022.

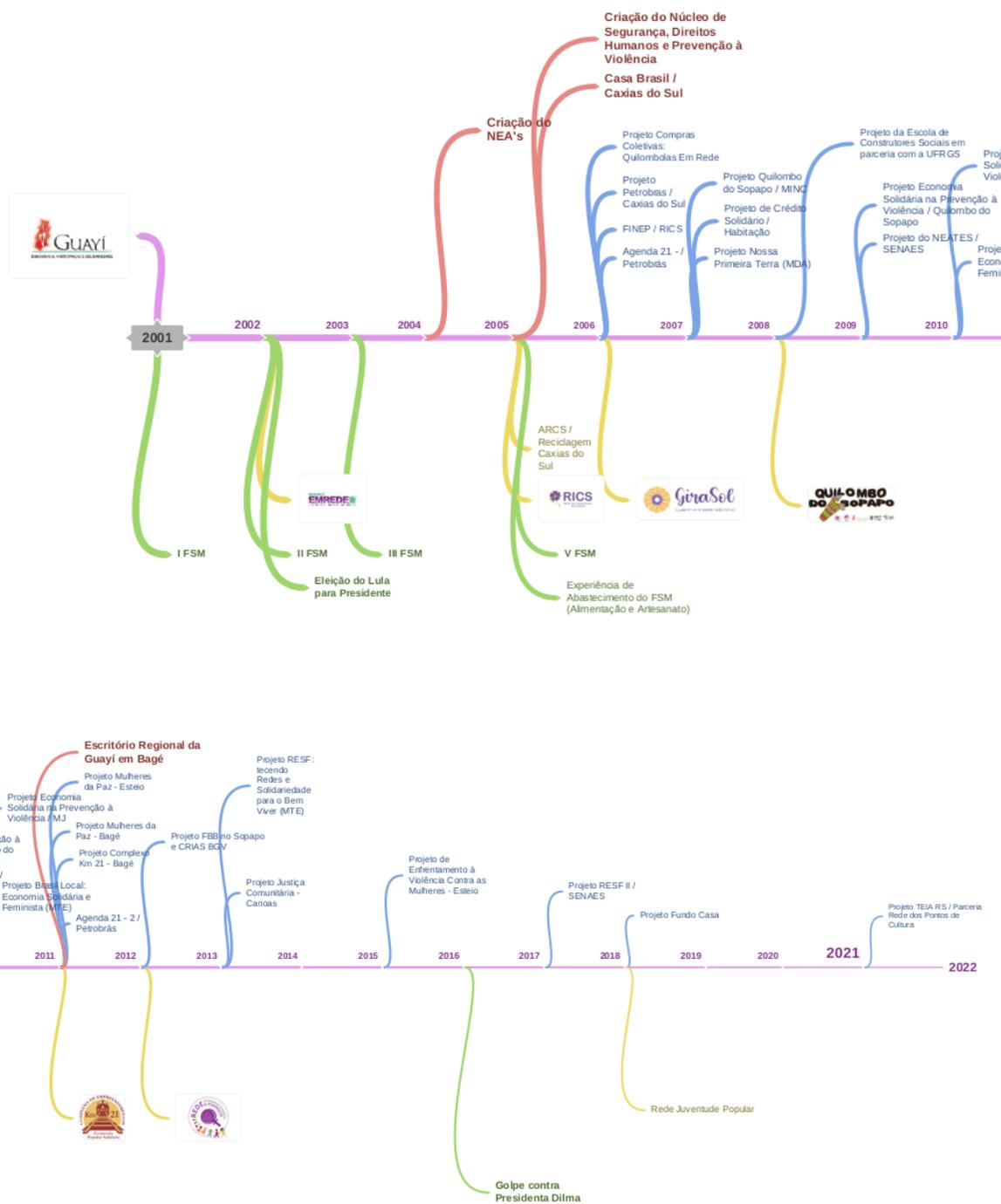
PREISS, Potira; CHARÃO-MARQUES, Flávia; WISKERKE, Johan. **Fostering sustainable urban-rural linkages through local food supply: a transnational analysis of collaborative food alliances**. *Sustainability*, n. 9, v. 7, p.1155, 2017.

REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. **Caderno de Formação: Certificação Participativa de Produtos Ecológicos**. Florianópolis, 2004, Material digital. Disponível em: <https://biowit.files.wordpress.com/2010/11/caderno-formac3a7c3a3o-rede-ecovida.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

ROVER, Oscar José. **Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia**. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 47, n. 1, p. 56-63, 2011

APÊNDICES E ANEXOS

ANEXO A – Linha do tempo da Guayí



Fonte: Arquivo da OSCIP Guayí, 2022

ANEXO B – Checklist's de geração de credibilidade e sementes e mudas

FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS PARTICIPATIVOS de Garantia da PRODUÇÃO ORGÂNICA da Rede ECOVIDA¹ de Agroecologia

CONTROLE DA GERAÇÃO DE CREDIBILIDADE

- **Reuniões de grupo** - 4 (quatro) por ano e 75% de presença obrigatória/família.
- **Visita de Pares** - Todas as famílias de um Grupo devem participar da visita de pares em todas as unidades de produção e/ou processamento durante o período de um ano. 75% de presença obrigatória/família.
- **Visita de olhar externo** (comitê de ética) - Regra da \sqrt do número das unidades integrantes do grupo. Neste caso de amostragem, num período de 4 anos, todas as famílias devem receber no mínimo uma visita do comitê de ética. No final da visita de verificação, TODOS OS PARTICIPANTES DO GRUPO se reúnem para discutir as inconformidades e acordos para correção e decisão de aprovação ou desaprovação da certificação.
- A **Comissão de ética** deve se reunir pelo menos 2 vezes ao ano, ou sempre que houver solicitação de avaliações de conformidade. Comitê de ética (3 pessoas, destas pelo menos 1 deve ser mulher) sendo que um dos integrantes pode ser o representante do Comitê de Ética do grupo a ser visitado e dois externos ao grupo, podendo ser ambos do mesmo grupo externo.



Termo de fomento MAPA/GUAYÍ - 901296/2020

Fortalecimento dos Sistemas Participativos de Garantia da Produção Orgânica da Rede ECOVIDA de Agroecologia

CONTROLE DE MUDAS E SEMENTES (Portarias 52 e 404)

- **Mudas oriundas de sementes** - Evolução gradual de 20% ao ano das mudas cultivadas de origem orgânica, referente a totalidade e não a cada cultura. Sendo assim:
 - o 02/03/2023 - 20% das mudas;
 - o 02/03/2024 - 40% das mudas;
 - o 02/03/2025 - 60% das mudas;
 - o 02/03/2026 - 80% das mudas;
 - o 02/03/2027 - 100% das mudas.
 - **Cultivo em que se planta a semente** - Uso exclusivo de sementes orgânicas ou não tratadas a partir do ano de 2026.
 - **Propagação por material vegetativo** - O período de desenvolvimento vegetativo deve ser de no mínimo ¼ sob manejo orgânico até março de 2023. Após esse período a muda deve ter seu manejo totalmente orgânico. A partir de 03/2026 toda a muda propagada por material vegetativo deve ser orgânica. Muda de morango convencional adquirida com 3 meses de idade, necessita de mais 9 meses de cultivo orgânico para ser considerado o morango orgânico.
OBS: Este grupo poderá ter alterações.
- Comprovação** - mudas adquiridas de viveiro comercial devem apresentar nota fiscal condizente; adquiridas de viveiros ou produtores informais devem ter informação inserida no caderno de campo; quando produzidas na propriedade deve se inserir as informações no caderno de campo.



Termo de fomento MAPA/GUAYÍ - 9012962020

Fonte: Arquivo da OSCIP Guayí, 2022